

DESENVOLVIMENTO LOCAL: componentes da multidimensionalidade avaliativa para a região de mananciais em São Bernardo do Campo.

FLAVIO GALIO ARAUJO DUTRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI

RAQUEL DA SILVA PEREIRA

MARIA TEREZA SARAIVA DE SOUZA
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL INACIANA (FEI) PADRE SABOIA DE MEDEIROS

Introdução

A presente pesquisa partiu do pressuposto da existência de um dinamismo socioeconômico ágil que deixa para trás uma parcela da população. Influenciado pelas teorias clássicas, que eram atreladas exclusivamente ao enfoque econômico, o conceito de desenvolvimento regional nos estudos atuais reflete uma abordagem mais holística do termo e incorpora outras perspectivas em seu cerne, tais como as abordagens social e ambiental. Estudou-se a realidade local de um território que pode estar sendo privado de suas capacidades pela ausência de intervenções acertivas, sejam públicas ou privadas.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Procurou-se identificar, por meio de indicadores objetivos, os limitadores de desenvolvimento local existentes na área do entorno da Represa Billings, especificamente no município de São Bernardo do Campo, que se constituem como impeditivos para o desenvolvimento social e ambiental dessa população. O objetivo foi o de que, a partir da identificação destes indicadores, os mesmos possam ser usados na medição temporal do desenvolvimento socioambiental da região estudada do município de SBC.

Fundamentação Teórica

Teorias do Desenvolvimento Regional (anos 1950), Causação Circular Cumulativa (Myrdal, 1957), Teoria da Dependência (Furtado, anos 1960), Teoria do Desenvolvimento da América Latina (Raul Prebisch, 1963) e Teoria do Desenvolvimento Endógeno (2015)

Metodologia

Os dados da presente pesquisa são provenientes de 17 entrevistas semiestruturadas feitas com pessoas que possuíssem conhecimento mais aprofundado da realidade local a partir de suas atividades cotidianas e/ou profissionais e por transitarem em diferentes bairros da área estudada. As entrevistas renderam 923 minutos de áudio, que foram transcritos e geraram 636 páginas. Fez-se uso da Análise de Conteúdo, com o apoio do software NVivo.

Análise dos Resultados

Os resultados da pesquisa evidenciaram a existência de muitos problemas socioambientais na área de estudo, e que os quais podem estar agindo como limitadores para o desenvolvimento da região. A partir das falas dos entrevistados e da literatura na qual esta pesquisa se pautou, foram consultados vários temas (saúde, educação, moradia, ocupação, meio ambiente, segurança pública, saneamento, cultura etc.) e como resposta obtiveram-se manifestações que permitiram a conclusão de que existem, dentre os temas consultados, aqueles que são mais relevantes e carecem de intervenções urgentes.

Conclusão

A partir do estudo realizado, pode-se afirmar que os fatores evidenciados a partir das falas dos entrevistados e dos dados secundários levantados e analisados podem ser úteis para que gestores públicos os considerem nas futuras tomadas de decisões em prol do desenvolvimento local/regional estudado e, ainda, que sirva de balizamento para gestores públicos de outras localidades/regiões similares.

Referências Bibliográficas

AMARAL FILHO, Jair do.; BARDIN, Laurence; CRESWELL, John W.; CRESWELL, John W.; PLANO CLARK, Vicki L.; FEHDER, D.; STERN, S.; PNUD. PNUD Brasil; PIKE, Andy; RODRIGUEZ-POSE, Andrés; TOMANEY, John; SEN, A.; MONTUSCHI, L.; SIEDEMBERG, Dieter Rugard; TOMANEY, John.

Palavras Chave

Desenvolvimento local, Desenvolvimento socioambiental, São Bernardo do Campo

Agradecimento a órgão de fomento

Não houve fomento de nenhum órgão.

DESENVOLVIMENTO LOCAL: componentes da multidimensionalidade avaliativa para a região de mananciais em São Bernardo do Campo.

Resumo

Neste artigo, o tema Desenvolvimento Local foi analisado em um contexto complexo por ter, como recorte territorial, bairros do município de São Bernardo do Campo inseridos em área de mananciais. Com a compreensão de que o desenvolvimento local é feito a partir da identificação dos problemas existentes no local e das melhores decisões a serem tomadas, considerando a perspectiva de cada ator, fez-se a identificação de indicadores que pudessem ser usados na medição do desenvolvimento socioambiental da área estudada. A pesquisa identificou forte evidência de que os moradores da região estão sendo privados de direitos fundamentais. Os principais indicadores correspondem às áreas de saúde, educação, moradia, saneamento, meio ambiente e segurança pública. Concluiu-se que, apesar de alguns impeditivos exigirem menor esforço para sua solução, como aqueles provenientes da legislação vigente na região, existem outros demasiadamente complexos e que demandarão tempo e vontade política para sua superação, como o conflito entre casa própria e preservação ambiental.

Palavras-chave: Desenvolvimento local; Desenvolvimento Socioambiental; São Bernardo do Campo; Mananciais; Billings.

Abstract

In this article, the theme Local Development was analyzed in a complex context by considering, as a territorial cutout, neighborhoods of the municipality of São Bernardo do Campo inserted in a water catchment area. With the understanding that local development is made from the identification of the problems existing in the location and the best decisions to be made, considering the perspective of each actor, we identified indicators that could be used to measure the socio-environmental development of the area studied. The research identified strong evidence that the region's residents are being deprived of fundamental rights. The main indicators correspond to the areas of health, education, housing, sanitation, environment, and public security. It was concluded that, although some impediments require less effort for their solution, such as those arising from the legislation in force in the region, there are others that are too complex and will require time and political will to overcome, such as the conflict between home ownership and environmental preservation.

Keywords: Local Development; Socio-environmental Development; São Bernardo do Campo; Watershed area; Billings.

1. Introdução

O acirramento da globalização, especialmente a partir do século XXI, trouxe uma dinâmica socioeconômica extremamente ágil e sem precedentes. Por outro lado, os aspectos regionais se apresentam como uma necessária condição a ser considerada para fortalecimento de economias em menor escala, em busca de melhoria da qualidade de vida e criação de oportunidades para a população local, objetivando avanço relevante no desenvolvimento subnacional, que deve ocorrer também de forma social e ambientalmente sustentável.

As primeiras teorias desenvolvidas com o objetivo de diagnosticar quais as principais medidas a serem adotadas para estimular o desenvolvimento no contexto subnacional datam da década de 1950 (Madureira, 2015), mas na atualidade é grande o número de abordagens nacionais acerca de desenvolvimento de sub-regiões (Brandão, 2012).

As pesquisas publicadas sobre desenvolvimento, seja em nível nacional ou regional, inevitavelmente consideram o aspecto “pobreza” como parte importante da discussão. Até mesmo em países mais desenvolvidos, tem sido recorrente a discussão sobre como alcançar a sua redução e quais práticas seriam capazes de ocasionar diminuição da desigualdade social (Souza, Tabosa, Araújo, & Castelar, 2021; Stiglitz, 2012).

Influenciado pelas teorias clássicas, que eram atreladas exclusivamente ao enfoque econômico, o conceito de desenvolvimento regional nos estudos atuais reflete uma abordagem mais holística do termo e incorpora outras perspectivas em seu cerne, tais como as abordagens social e ambiental, para compor uma visão mais completa de uma forma de desenvolvimento que seja sustentável (Santos, 2013).

No contexto brasileiro, as políticas adotadas para impulsionar o desenvolvimento são comumente equivocadas pelo fato de priorizarem as regiões que já possuem certo nível de desenvolvimento em detrimento de ações voltadas para fortalecer as que apresentam estagnação e/ou atraso em seus processos desenvolvimentistas (Araujo, 2006).

Um caminho a ser seguido é aquele destacado por Herrera (2006), no qual sugere que devam ser priorizadas, por parte dos governos, as áreas de

infraestrutura e social, como forma de impulsionar atividades geradoras de renda e trabalho.

Com papel normativo, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) objetiva a promoção da redução da desigualdade econômica e social entre diferentes regiões, por meio da orientação e criação de programas e políticas voltadas para a inclusão social (Brasil, 2021). No entanto, alguns exemplos das duas situações opostas são observados dentro de um mesmo município, como é o caso de São Bernardo do Campo (SBC), localizado na Região Metropolitana de São Paulo.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é comum a segregação espacial como condicionante para os índices de desigualdade urbana e metropolitana, já que “a diferenciação entre áreas intraurbanas, em termos de infraestrutura, segurança, disponibilidade de espaços públicos, entre outros, influencia os níveis de bem-estar de pessoas e famílias” (IPEA, 2015, p. 9).

A prefeitura municipal de SBC divide seu território em três grandes áreas a saber: Zona Urbana Sede; Zona Urbana Distrito Riacho Grande; e Zona Rural Distrito Riacho Grande (PMSBC, 2012). Contudo, o município também tem em seu território uma subdivisão, estabelecida pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, na qual é definida a Área de Preservação e Recuperação de Mananciais – Billings (APRM-B), também presente nos demais municípios que rodeiam a Represa Billings.

Esse município tem 409,53 km² de área total e população estimada para 2020 de 844.483 pessoas (IBGE, 2018). Apesar de ter grande parte deste território inserido num contexto altamente urbanizado, semelhante a muitas outras grandes cidades brasileiras, 35,52% dele está inserido na APRM-B, na qual vivem 23,7% da população do município (PMSBC, 2018).

Sobre a APRM-B incide a Lei Estadual N° 13.579 (Lei da Billings), de 2009, que disciplina ações voltadas para a maximização da qualidade e da quantidade de água da Billings. Na prática, a legislação regula as ações públicas e privadas que acontecem na região, dando a ela uma dinâmica de (sub)desenvolvimento particular e diferente daquela observada no restante do município (São Paulo, 2017).

Considerando as particularidades existentes na região, o desafio para os órgãos públicos atuarem na promoção do desenvolvimento desta sub-região é criar políticas públicas que vão ao encontro da necessidade atual dos moradores como

forma de reduzir a desigualdade social existente (São Paulo, 2017) e estimular a criação e manutenção de condições mais favoráveis para que as pessoas atinjam seus potenciais de desenvolvimento.

O mapeamento das necessidades de uma população será mais bem construído se partir da escuta da própria população, distanciando-se do questionamento sobre o que está sendo feito na região e priorizando a preocupação e compreensão sobre como a vida das pessoas está sendo afetada (Batalhão, Prates, Teixeira, & Godoi, 2018; Gor & Gitau, 2010).

Segundo Capobianco e Whately (2002), um dos grandes problemas existentes na região diz respeito à ocupação irregular, pois o processo de urbanização nesta região significou o desmatamento acelerado de seu entorno e o exercício de atividades irregulares e prejudiciais ao bom funcionamento do Reservatório.

Em adição, menciona-se que, conforme evidenciado por Begalli (2013), esgotos provenientes de moradias irregulares, bem como efluentes industriais contendo metais pesados são despejados livremente na Billings. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), essas moradias irregulares comumente apresentam condições precárias de habitação, com acesso deficiente a serviços básicos (água encanada, energia elétrica e saneamento básico, por exemplo) e, quando agrupadas em grande quantidade, dão origem aos Aglomerados Subnormais.

Outra fonte de evidências da presença de distúrbios sociais diz respeito a abordagem de Holling (1998), que defende haver ganhos econômicos e sociais a partir de uma melhor combinação com as ciências ambiental e ecológica (Sistema SócioEcológico - SSE), possibilitando se fazer uma correlação entre a quantidade de pessoas que vivem em um local e os indicadores de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

A possibilidade dessa correlação existir é evidenciada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP que, juntamente com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, elaborou, a partir dos dados do Censo Demográfico 2000 e 2010, o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS. Sua proposta de uso é identificar a vulnerabilidade social a qual a população está exposta e oferecer ao gestor público e a sociedade uma visão mais detalhada acerca das condições de vida nos municípios paulistas (SEADE, 2011).

Os resultados do IPVS, quando interpretados à luz de estudos como os conduzidos por Borelli (2012), Souto Maior e Cândido (2014), permitem a constatação de que a correlação entre adensamento populacional, indicadores sociais e ambientais é forte e, portanto, não deve ser desprezada, no sentido de se entender fenômenos como os mencionados.

Assim, em função de dados secundários sobre a região, nos quais se nota a grande quantidade de domicílios em risco ambiental, percebeu-se um *gap* que impulsionou o desenvolvimento desta pesquisa. Como domicílios em risco ambiental, considerou-se Alves (2006), quando afirma serem os riscos relacionados à proximidade com cursos d'água (quanto mais próximos, maiores os riscos) e os que possuem degradação ambiental, aqueles inseridos em áreas com baixa cobertura de rede de esgoto.

Diante disso, foi feito um levantamento nas bases científicas Scopus, Taylor & Francis e WOS (*Web of Science*) sobre as produções que tivessem, nos últimos 20 anos, evidenciado a realidade social da APRM-B, em especial em SBC, e que tivessem destacado a importância da criação de indicadores sociais naquela área, como fomento à criação de políticas públicas. O resultado do levantamento evidenciou a ausência de qualquer estudo como o mencionado, justificando a presente pesquisa.

Assim, a partir do estudo realizado, este artigo objetivou identificar indicadores que possam ser usados na medição do desenvolvimento socioambiental da APRM-B, do município de SBC.

2. Revisão de Literatura

As atuais abordagens sobre desenvolvimento regional tentam corrigir a fragilidade daquelas tradicionais, uma vez que evitam identificar uma região a partir de uma fronteira previamente delimitada por instituições que desprezam a existência de complexidades, como as relações entre os atores sociais, o mercado local e a apropriação da natureza (Gomes, 2011; Madoery, 2001).

Em contraponto, Vieira menciona que os limites geográficos de uma determinada área se fazem necessários primariamente para que, em seguida, se possa compreender qualquer dinâmica existente, independente da natureza desse dinamismo. O autor defende seu ponto de vista ao mencionar que “Primeiro, como

podemos delimitar um determinado espaço econômico ou região? Segundo, como podemos entender o processo de desenvolvimento regional a partir de uma delimitação espacial?” (Vieira, 2009, p. 22).

Tal contraposição evidencia uma das particulares dificuldades existentes nos estudos regionais. No entanto, ainda que fosse fácil superar o contraponto descrito, existe outro significativo obstáculo, que é a complexa tarefa de definir o que deve ser considerado para avaliar desenvolvimento. Sen (2000), enfatiza uma situação que surge quando os indivíduos de uma dada região usufruem de liberdades individuais e, segundo ele, é nessa condição que o desenvolvimento começa a acontecer.

Higgins e Savoie (2017) mencionam que as análises regionais e de sub-regiões servem, inclusive, para o fortalecimento dos resultados nacionais, por favorecerem os diálogos e a coordenação de ações dos governos, em seus diferentes níveis - federal, estadual e municipal (e sub municipal, quando for o caso), sendo corroborado pelo estudo feito por Grillitsch e Sotarauta (2020), no qual forneceram contribuição para a compreensão dos resultados do desenvolvimento regional a partir de intervenções em sua base, no nível micro.

Higgins e Savoie (2017) demonstram a relevância dos estudos regionais sob o argumento de que não há garantia nenhuma de que boas performances nacionais ocasionem igual performance nas sub-regiões. Ao contrário, identificam as sub-regiões como possuidoras de forte identidade, e que elas disputam recursos (mão-de-obra, emprego, geração de renda etc.) com outras, e que estas disputas são agravadas pela ausência da compreensão da realidade das várias e diferentes sub-regiões. Ou seja, existe um confronto entre das intenções dos atores que agem num dado local e as intenções de muitos outros atores, internos e externos à região, que estão além de seus controles (Sotarauta, 2016).

Os caminhos que favorecem o desenvolvimento regional não são provenientes das ações de um único ator, mas sim, da interação de alguns deles (Bristow & Healy, 2020), e é fundamental que haja um engajamento de atores com diferentes atuações em variados setores (Grillitsch & Sotarauta, 2020) no sentido de atingimento de metas e de evidenciar o valor dos estudos desta natureza.

Iammarino, Rodríguez-Pose e Storper (2017) alertam para o perigo de se ignorar as desigualdades regionais na Europa e identificam duas forças atuantes para a presença dessa desigualdade. A primeira é proveniente da lógica de mercado, na qual, os investimentos tendem a acontecer nas regiões com maiores

dinâmicas econômicas. A segunda, é uma espécie de *status-quo* social, que tende a manter a estagnação de um micro nível (sub-região) por uma histórica ausência de aproveitamento das habilidades e vocações presentes no local (Iammarino et al., 2017).

Em algumas situações o *status-quo* de atraso é mantido intencionalmente pela presença de bloqueios político-institucionais que impedem a consolidação de qualquer mudança proposta (Grabher, 1993) e, quando isto acontece, diz respeito à coalizão de diferentes atores (formuladores de políticas públicas, empresários etc.) que preferem manter estabilizado o *status-quo* existente (Bellandi, De Propis, & Santini, 2018). No entanto, não é sempre que tal intencionalidade ocorre, cabendo a investigação desta possibilidade.

Gennaioli *et al* (2013), corroborados por Bristow e Healy (2020), argumentam que as estratégias de desenvolvimento de sub-regiões mais assertivas partem da premissa de que é necessário um adequado plano de articulação e de integração entre os diversos atores sociais presentes na região. Faggian, Modrego e McCann (2019) mostram a importância que o capital humano exerce sobre o desempenho de uma região e a necessidade deste capital humano interagir fortemente com as externalidades presentes, indicando ser este um caminho, mais do que viável, necessário.

Estas estratégias partem de reconhecimento das vantagens de um processo que é ascendente, no qual a ideia do desenvolvimento regional é impulsionada pelos atores locais (e não pelos governos ou outros atores) pelo fato de eles conhecerem melhor a realidade local (Tödting, 2020). O autor ainda reforça este modelo ao afirmar que nele, as ações são orientadas prioritariamente para as necessidades e objetivos da população, com menor preocupação para o atingimento de metas externas.

Desta forma, com a população participando ativamente das decisões que serão tomadas, tem-se a construção de um cenário que favorece a diminuição da dúvida sobre o que medir para avaliar o desenvolvimento, uma vez que, o que é de fato importante, terá mais chance de ser identificado e, conseqüentemente, de ser medido.

Os anos 1950 são identificados como aqueles nos quais surgiu um variado número de estudos científicos voltados para a compreensão do desenvolvimento regional (Higgins & Savoie, 2017). Madureira (2015) cita que, após a II Guerra

Mundial, no processo de reconstrução dos países por ela afetados, foi feita uma separação entre crescimento econômico (aumento da renda *per capita*, portanto, com viés essencialmente econômico) e desenvolvimento econômico (melhoria ampla da qualidade de vida das pessoas, com ampliação da visão exclusivamente econômica), o que permitiu ampliar a perspectiva de tais estudos.

Assim, outro desafio que urge é o de identificar as características próprias de cada (sub)região e se obter nelas os pilares essenciais para intervenções desenvolvimentistas. Jannuzzi (2002) já afirmara que essas características são mais bem identificadas a partir de uma metodologia que não evidencie apenas dados econômicos, pois, tal métrica, exclusivamente, é incapaz de fornecer parâmetros robustos sobre o desenvolvimento por não captar os aspectos sociais do desenvolvimento.

Tanto os autores nacionais como os internacionais são unânimes em defender que o caminho para o desenvolvimento regional deve ter uma abordagem múltipla, na qual, devem ser considerados elementos que vão muito além de medidas econômicas clássicas, como a incompleta medição da geração de renda (Pereira, Resch, Dockhorn, Rodrigues, & Silva, 2017; Ratti, 2015).

A composição de elementos multidisciplinares na medição de avanços no desenvolvimento de um lugar demonstra a presença de uma nova compreensão econômica que incorpora ao já conhecido e necessário bom desempenho econômico, os aspectos humanos, sociais e ambientais como essenciais para uma abordagem mais completa, complementados ainda pelos aspectos ambientais.

Adiciona-se que os aspectos humanos, sociais e ambientais supracitados, na prática, são materializados por qualidade de vida adequada, condições de moradia digna, segurança e preservação dos direitos cidadãos, ocupação e geração de renda, preservação ambiental e urbana, democratização do uso da estrutura urbana e dos serviços públicos, dentre outros.

Um relevante exemplo desta dimensão múltipla como metodologia avaliativa pode ser observada no Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), índice criado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Com o objetivo de medir a vulnerabilidade nos aspectos sociais, detalha as condições de vida da população brasileira, considerando todas as divisões socioeconômicas, indicando aquelas com maior exposição ao risco social. Sua metodologia de cálculo é formada pela junção

de três sub índices: indicadores de infraestrutura urbana; capital humano; e renda e trabalho (IPEA, 2015).

O Quadro 1 mostra a multidisciplinaridade usada no IVS, apresentando alguns indicadores nele usados.

Quadro 1: Exemplo de indicadores usados no IVS, em cada dimensão

DIMENSÃO	INDICADOR
Infraestrutura Urbana	Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados
	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho
Capital Humano	Percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família
	Percentual de pessoas de 15 ^a a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010), na população total dessa faixa etária
	Mortalidade até um ano de idade
	Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos
Renda e Trabalho	Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos
	Taxa de desocupação da população de 18 anos de idade ou mais

Fonte: Elaborado pelos autores (2021), a partir de Ipea (2015).

Nota-se que as três dimensões presentes no IVS tentam abarcar diferentes situações que possam colaborar para a melhor compreensão da vulnerabilidade social (ou seu risco), medindo variáveis que têm significado importante para os objetivos do IVS. Quando existe o reconhecimento das especificidades locais e um movimento organizado no sentido de melhor explorá-las, acontece uma abordagem do desenvolvimento denominada de endógena, pois nela é considerada a importância dos atores locais para utilizar, executar e valorizar os recursos locais, bem como suas capacidades de controlar o processo de acumulação e suas autonomias (Araújo, 2014).

Com isso, há um reposicionamento do papel do território, em que o desenvolvimento é viabilizado não porque este território é visto como capaz de atrair eventos econômicos dinâmicos, mas sim por ter a capacidade de, internamente, gerar demandas econômicas em que os atores principais são os que agem localmente, munidos de autonomias necessárias para poderem, se necessário, criar

ou antecipar um acontecimento histórico de repercussão positiva no local (Bramanti & Ratti, 2015).

A partir desta abordagem, parece inerente a qualquer proposta de intervenção desenvolvimentista regional, a necessidade de evidenciar as potencialidades presentes na região, demonstrando que as intervenções para fomentar seu desenvolvimento devam ser orientadas pela realidade local.

Em consonância com as novas abordagens dadas aos estudos regionais na Europa (Bellandi et al., 2018; Bristow & Healy, 2020; Dawley, 2014; Grabher, 1993; Grillitsch & Sotarauta, 2020; Iammarino et al., 2017; Keating, 2001; Maillat, 2006; Sotarauta, 2016) e nos Estados Unidos (Storper, 1997), muitos pesquisadores brasileiros (Amaral Filho, 2001; Barquero, 2001; Braga, 2002; Martins, 2002; Muls, 2008) também passaram a adotar o aspecto endógeno para fortalecer um modelo de desenvolvimento em que o tradicional caminho *top-down* como estratégia fora substituído por abordagens focadas nas potencialidades das localidades menores.

Com ela há um enriquecimento da compreensão do desenvolvimento humano, já que as liberdades das pessoas, mencionadas por Sen (2000), são explicadas pela avaliação de como realmente elas estão vivendo, sem haver uma preocupação com algum ideal de vida humana pré-estabelecido (Bellingieri, 2017; Santos, 2018).

Quadro 2: Indicadores sociais, segundo suas áreas temáticas

ÁREA TEMÁTICA	EXEMPLOS
Indicadores de Saúde	Percentual de crianças nascidas com peso adequado
Indicadores de Educação	Escolaridade média da população de 15 anos ou mais
Indicadores de Mercado de Trabalho	Rendimento médio real do trabalho
Indicadores Demográficos	Taxa de mortalidade
Indicadores Habitacionais	Densidade de moradores por domicílio
Indicadores de Segurança Pública e Justiça	Roubo à mão armada por cem mil habitantes
Indicadores de Infraestrutura Urbana	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário ligado à rede pública
Indicadores de Renda e Desigualdade	Nível de pobreza

Fonte: Elaborado pelos autores (2021), adaptado de Jannuzzi (2009).

Essa perspectiva evidenciou a importância dos indicadores sociais como condição que antecede a proposição de políticas públicas e, conseqüentemente,

necessária para a criação de soluções para os problemas evidenciados por tais indicadores. Jannuzzi (2009) classificou esses indicadores segundo a área temática (Quadro 2).

Por sua vez, Tomaney (2017) apresentou uma série de índices que passaram a abordar elementos além daqueles meramente econômicos, dando eco a Seers (1969), quando este afirma que o desenvolvimento consiste em avaliações que extrapolam mensurações econômicas.

Leite (2020) apresenta os indicadores sociais a partir de uma divisão genealógica, na qual são agrupados em 1ª, 2ª e 3ª geração. Os indicadores sociais de 1ª geração são aqueles baseados no PIB e PIB *per capita* (anos 1950) e os de 2ª geração são aqueles baseados no IDH (anos 1990), os quais reconhecem que crescimento econômico não é, necessariamente, sinônimo de desenvolvimento.

Quanto os indicadores sociais de 3ª geração, Leite (2020) afirma que eles passaram a ser usados a partir dos anos 2000 e creditam às políticas públicas um importante papel de ferramenta prática para melhorarem a interlocução entre os atores sociais que atuam num dado território no sentido de produzirem informações úteis e confiáveis (Leite, 2020).

O Quadro 3 apresenta alguns indicadores de 3ª geração com informações sobre seus proponentes e o ano em que cada um passou a ser usado. Como proponente, em alguns casos, têm-se órgãos e entidades, e não pessoas físicas.

Quadro 3: Índices e Indicadores Sociais

ÍNDICE	PROPONENTE	ANO
Contas Nacionais de Bem-Estar	Kahneman	2004
Happy Planet Index - HPI	New Economic Foundation	2006
Índice de Oportunidade Humana	Banco Mundial	2009
World Happiness Report	ONU	2012
Indicador de Progresso Genuíno	Kubszewski	2013
Projeto "PIB e Além"	Comissão Européia	2013
Projeto Global para a Medição do Progresso das Sociedades (Índice para uma Vida Melhor)	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE	2013
Índice de Progresso Social - IPS	Michael Porter	2013
Relatório de Competitividade Global	Fórum Econômico Mundial	2015
Índice de Prosperidade Legatum	Legatum Institute	2018

Fonte: Elaborado pelos autores (2021), a partir de Tomaney (2017).

A partir da análise dos índices encontrados na literatura e mencionados no Quadro 3, optou-se por uma aproximação ao Índice de Progresso Social – IPS, como *framework*, que serviu para nortear o alcance dos objetivos aqui pretendidos, pois, segundo Fehder e Stern (2013), o IPS é capaz de mapear diferentes particularidades do progresso social e de apresentar, de forma transparente, uma ampla variedade de medidas de resultado social.

Notou-se que nestes recentes indicadores sociais, o termo “social” aparece associado ao “ambiental”. Embora as duas dimensões sejam tratadas isoladamente no conceito de desenvolvimento sustentável (UNCED, 1987), é grande a quantidade de propostas de trabalho voltadas para a medição de desempenho que fundem os termos e os trata como pauta socioambiental. Como exemplo, cita-se os trabalhos conduzidos por Almeida (2010), Gomes (2011), Gamba e Ribeiro (2012), Souto Maior e Cândido (2014) e Queiroz, Morais e Aloufa (2019), reunidos no Quadro 4.

Quadro 4: Objetivos dos estudos mencionados

Almeida (2010, p. 22)	“Analisar os riscos e as vulnerabilidades socioambientais de rios urbanos, tendo a bacia hidrográfica do rio Maranguapinho, localizada na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, Ceará, como área de estudo de caso para compreensão das inter-relações das vulnerabilidades sociais e exposição aos riscos naturais, principalmente os riscos ligados às inundações urbanas”
Gomes (2011, p. 16)	“Encontrar os elementos constituintes do empoderamento humano (organização comunitária, participação e autoestima), em pequenas comunidades, a partir de processos participativos. Partiu-se da concepção de que o processo de ação-participação favorece a emancipação popular, ou seja, é uma das formas de fomentar o empoderamento, através da reflexão individual e coletiva, acerca de uma dada realidade social e política”.
Gamba e Ribeiro (2012, p. 19)	“Apresentar uma análise multidimensional da vulnerabilidade do município de São Paulo frente a processos relacionados a eventos extremos de precipitação, sobretudo escorregamentos de vertentes. Ele indica a estreita relação entre vulnerabilidade social e infraestrutural com áreas mais suscetíveis a este tipo de fenômeno, situação que caracteriza a segregação urbana”.
Souto Maior e Cândido (2014, p. 241)	“Refletir e analisar as principais metodologias de avaliação da vulnerabilidade socioambiental propostas e aplicadas em contextos específicos no Brasil, através de um ensaio teórico- comparativo utilizando um conjunto de critérios de avaliação retiradas das variáveis existentes nos diversos modelos pesquisados”.

Queiroz, Morais e Aloufa (2019, p.268)	“Problematizar a relação entre expansão urbana e vulnerabilidade socioeconômica, tendo como referência a Cidade de Caicó (Brasil) e como recorte temporal a década de 80 aos dias atuais.”
--	--

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Pelo fato do presente estudo se desenvolver em uma área de manancial, foi necessário ainda um olhar crítico sobre a Lei da Billings para que se pudesse entender de que forma esta legislação poderia influenciar o caminho a ser percorrido na pesquisa.

3. Método de Pesquisa

Considerando a ausência de estudos que tenham levantado quais indicadores seriam considerados importantes pela população de SBC, em especial, aquela inserida na APRM-B, usou-se a estrutura adotada pelo IPS como ponto de inspiração para atingir o objetivo aqui proposto.

Neste sentido, após reflexão sobre qual seria a melhor forma de identificar os indicadores pretendidos, percebeu-se que abordagem qualitativa ofereceria as condições necessárias para o alcance dos objetivos almejados. Por se tratar de uma pesquisa aplicada, com delineamento exploratório, considerou-se os objetivos desse tipo de delineamento para que não houvesse nenhuma omissão metodológica no caminho percorrido.

Assim, foi feito uso de estratégias tradicionais, como levantamento bibliográfico para a fundamentação do referencial teórico, rodadas de conversa com moradores locais para melhor se compreender o contexto local e para se fazer a validação do roteiro de entrevista semidirética.

Fez-se uma verificação minuciosa dos diversos índices e indicadores criados e usados para medição de avanços nas áreas social e ambiental (Quadro 3) com os quais teve-se contato ao longo desta pesquisa, bem como o conteúdo dos objetivos definidos na Lei da Billings e posterior confronto com as informações provenientes dos dados coletados em campo. Assim, a escolha dos indicadores partiu da literatura consultada, que possibilitou elencar temas comumente usados em propostas de medição nas áreas social e ambiental. Mesmo que alguns desses temas não tenham sido relatados pelos participantes da pesquisa como problemáticos, eles foram mantidos pelo suporte teórico mencionado.

Posteriormente, esse rol inicial de indicadores foi enriquecido pelas informações capturadas em campo. Fez-se um esforço no sentido de entender a factibilidade do uso desses indicadores pela sua disponibilidade (ou não) para uma subárea, como é o caso do *locus* de pesquisa aqui definido (21 bairros de SBC que margeiam a represa Billings).

3.1 A coleta de dados e amostra

A coleta de dados em campo foi iniciada com quatro visitas feitas a diferentes bairros entre os meses de junho e novembro de 2019, com as supracitadas rodadas de conversa com moradores da região, previamente contatados, a partir da indicação de um representante comunitário. Nessas conversas foram explorados, a partir da visão individual de cada participante, os pontos de melhoria pelos quais o local deveria sofrer mudança.

A seguir, cinco bairros foram excluídos (não tiveram representantes ouvidos) por dois motivos distintos: ou por terem características muito parecidas com outro(s) bairro(s) vizinho(s), ou por serem bairros majoritariamente ocupados por atividades comerciais (chácaras para locação, pesque-pague, motéis etc.) e com baixa densidade populacional.

O perfil dos entrevistados foi definido exclusivamente com pessoas que possuíssem conhecimento mais aprofundado da realidade local, a partir de suas atividades cotidianas e/ou por transitarem em diferentes territórios, tais como: agentes de saúde; assessores parlamentares; presidentes de associações de bairros ou outras lideranças semelhantes; representantes de sindicatos de categorias com atuação no território; bombeiros e policiais; líderes religiosos; voluntários com atuação local; dentre outros com perfil semelhante. Para tanto, observou-se a necessidade de que cada entrevistado fosse capaz de emitir opiniões pessoais com qualidade e detalhamento acerca das pautas investigadas, bem como, a capacidade de captar e transmitir a percepção de outras pessoas residentes no mesmo local.

No total, foram realizadas 17 (dezessete) entrevistas e o acesso às pessoas entrevistadas se deu de duas formas distintas. Fez-se uso da técnica *snow ball*, ou seja, uma amostragem não probabilística em que a pessoa entrevistada é acessada a partir da indicação de outra. A outra forma de acessá-las se deu a partir das visitas feitas aos bairros e a identificação de sujeitos dentro do perfil definido, com posterior

abordagem e explicação do objetivo da entrevista, seguida do convite para participarem da pesquisa.

As entrevistas realizadas renderam 923 minutos de áudio, que foram transcritos e geraram 636 páginas. Creswell (2014) afirma que, para o uso de *softwares*, o ideal é ter, no mínimo, um banco de dados com 500 páginas. Assim, usou-se o *software* NVivo, versão 11, com suporte para a análise de conteúdo.

Das 17 entrevistas, 05 (cinco) foram feitas de forma presencial e 12 foram feitas por meio de ligações telefônicas, haja vista a existência da pandemia da COVID-19, que impossibilitou alguns contatos porta a porta.

3.2 Análise de Conteúdo

Análise de Conteúdo é “um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa” (Fonseca Júnior, 2006, p. 280), interpretando e decodificando a mensagem, no sentido de conhecer como o conteúdo se constrói. Hair Jr. *et al.* (2005), afirmam que com esta metodologia os dados são obtidos a partir de mensagens de textos escritos.

Menciona-se que no percurso metodológico desta pesquisa, usou-se o modelo fechado para a categorização, ou seja, as análises dos documentos foram iniciadas já com as categorias definidas (Laville & Dionne, 1999).

A razão para esta definição foi a de aproveitar o *framework* do IPS, no qual constam 12 categorias de análise, adaptadas nesta pesquisa da seguinte forma: (1A) nutrição e saúde básica; (1B) água e saneamento; (1C) moradia; (1D) segurança pessoal; (2A) acesso à educação básica; (2B) acesso à informação e comunicação; (2C) saúde, bem-estar, lazer e cultura; (2D) ecossistema e sustentabilidade; (3A) direitos pessoais; (3B) liberdade individual e escolha; (3C) tolerância e inclusão; e (3D) acesso à educação superior ou profissionalizante.

As unidades de registro podem obedecer a critério semântico, quando se opta por fazer a separação por temas específicos (o caso desta pesquisa), ou por critério linguístico, quando as unidades são criadas a partir da semelhança ou igualdade de palavras ou frases (Bardin, 2016). Essa etapa pode ser descrita como aquela em que é feito um recorte do texto completo e separado por ideias constituintes (Bardin, 2016) que, neste caso, foram provenientes da literatura e do IPS, que serviram de guia para a análise.

Como esta pesquisa fez uso do critério semântico para o processo de categorização, fez-se necessário um maior rigor em fazer uma análise temática, ou seja, confirmar se os núcleos de sentido estabelecidos previamente estavam com representações suficientes em cada documento para serem mantidos. As respostas provenientes de questões abertas de uma entrevista semidiretiva são usualmente analisadas por meio da definição de temas (Bardin, 2016) e assim ocorreram.

A análise foi feita com os entrevistados identificados por E1, E2, E3, E4...E17 e, ao se fazer menção aos códigos usados, foi usado o nome de cada código, ou seja, identificando os códigos pelas suas numerações (1A, 1B, 1C, 1D, 2A, 2B, 2C, 2D, 3A, 3B, 3C e 3D).

Assim, após observados os aspectos conceituais da análise de conteúdo com apoio o *software* NVivo, versão 11, e certificado de que a estrutura criada estava em conformidade com a literatura, passa-se a demonstrar os aspectos inerentes aos resultados desta pesquisa.

4. Resultados e Discussões

Os resultados da pesquisa evidenciaram a existência de muitos problemas socioambientais na área de estudo, e que os quais podem estar agindo como limitadores para o desenvolvimento da região.

Registre-se que, a partir do roteiro de entrevista e da literatura na qual esta pesquisa se pautou, foram consultados vários temas (saúde, educação, moradia, ocupação, meio ambiente, segurança pública, saneamento, cultura etc.) e como resposta obtiveram-se manifestações dos entrevistados que permitiram a conclusão de que existem, dentre os temas consultados, aqueles que são mais relevantes, suscitando urgência em uma intervenção, e outros que aparentemente estão em situação mais aceitável pela população.

Com isso, comenta-se especialmente aqueles temas que foram relatados como deficitários, ao mesmo tempo que tenha tido, quantitativamente, grande representatividade. Para este procedimento, apoiou-se na frequência de aparição dos temas pelo critério de intensidade (neste caso, dentre as 17 entrevistas) e na regra da representatividade (Bardin, 2016).

A primeira a ser comentada diz respeito à saúde pública. A pauta se mostrou bastante importante, pois as manifestações dos entrevistados evidenciaram

(quantitativa e qualitativamente) uma carência, tanto com relação ao acesso à saúde básica (UBS), como em relação às UPAs e SAMU. Todos os 17 entrevistados fizeram manifestações majoritariamente desfavoráveis para as condições da população em ter acesso aos serviços de saúde, fossem pela distância entre os locais de oferta dos serviços e suas residências, fossem pela qualidade dos serviços disponibilizados, evidenciando, ainda, a demora nos atendimentos.

Os indicadores de saúde são de grande importância dentro de uma tarefa na qual se deseja mensurar o desenvolvimento de um lugar, especialmente sob a abordagem socioambiental. Diante disso, nota-se que as críticas feitas pelos munícipes participantes da pesquisa revelam um quadro no qual as carências na área de saúde são muitas e representam um obstáculo ao desenvolvimento socioambiental daquela população.

Para que haja desenvolvimento socioambiental é necessário que o acesso à saúde seja democratizado e que funcione numa lógica onde as diferenças entre classes sociais devam ser minimizadas, fato não constatado nesta pesquisa, o que corrobora com Buss *et al.* (2012, p. 1486) que disseram “O desenvolvimento sustentável é coerente com políticas de cobertura universal por meio de sistemas de saúde integrais, equitativos e de qualidade”.

Com a identificação da falha existente na prestação dos serviços de saúde, infere-se que na avaliação de eficácia dessa prestação de serviços os resultados evidenciam problemas nas etapas anteriores, inclusive no planejamento dessas políticas ou programas, corroborando com Jannuzzi (2002), quando alertou sobre a importância do planejamento para o sucesso de programas de saúde pública.

É possível que muitos (senão todos) dos problemas aqui evidenciados fossem dirimidos com o número maior de opções de atendimento médico. Notou-se que, de forma ampla, os entrevistados estavam convencidos de que se houvesse mais UBSs e UPAs, certamente a população teria melhores níveis de atendimento.

Outra carência observada que se mostrou bastante significativa está relacionada à educação, em especial ao Ensino Médio e acesso ao Ensino Superior. A Educação Básica (Ensino Fundamental) foi bem avaliada e, de acordo com os relatos dos participantes, não foi percebida nesta pesquisa como limitador para o desenvolvimento socioambiental da população.

Porém, nas fases seguintes da educação formal (Ensino Médio e Superior), a situação se inverte e é notória a limitação que esse fenômeno causa na população.

As críticas às escolas de Ensino Médio foram muito contundentes e muitas delas vinculadas a problemas de uso de drogas e violência.

Os relatos evidenciaram haver uma grande diferença de atuação entre as escolas de Ensino Fundamental, geridas pela PMSBC, e as escolas de Ensino Médio (geridas pelo Governo do Estado de São Paulo). Enquanto as primeiras foram mencionadas de forma positiva, as outras foram mencionadas como possuidoras de grandes problemas, desde um ambiente físico opressor (presença de grades, comparadas por uns a uma casa de detenção), passando pela estrutura física geral inadequada (instalações velhas e malconservadas), prosseguindo por uma má qualidade do ensino, relacionada a professores despreparados, e culminando com uma gestão escolar pouco próxima às famílias dos adolescentes.

No que tange ao Ensino Médio, diz-se que, como produto final dessa situação, ocorre um grande número de evasão escolar, contato com drogas e posterior vício entre os estudantes, bem como elevado número de gravidez na adolescência. Afirma-se, portanto, se tratar de uma escola que não consegue cumprir o papel idealmente atribuído a ela, por funcionar de uma forma pouco eficaz. Os problemas aqui apontados ocorrem no presente, mas acarretam consequências longas, muitas vezes para a vida toda. Em destaque, os casos de gravidez na adolescência, que têm impacto imediato (baixo rendimento escolar), mas também a médio e longo prazo (impossibilidade de prosseguir estudando, de buscar melhores oportunidades e explorar todo seu potencial), determinando fortemente o futuro das jovens mães.

Mesmo sem apresentar dados quantificados sobre gravidez na adolescência, registre-se que no decorrer da presente pesquisa, houve um grande número de manifestações acerca desse problema social. Essas manifestações foram provenientes das diferentes etapas de coleta de dados.

Quanto ao acesso ao Ensino Superior, verificou-se que esse é dificultado por diferentes fatores e é, portanto, uma carência social importante. Um dos impeditivos existentes para o jovem acessar o Ensino Superior é a ausência de vagas em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas que permitam a esse jovem (considerando seu perfil socioeconômico) assegurar uma dessas vagas. Sabe-se que este fenômeno não é privilégio exclusivo do presente *locus* de pesquisa, mas o fato de as vagas em IES públicas serem ocupadas por alunos provenientes de escolas particulares (alunos economicamente mais privilegiados e com melhores

qualidade de ensino em etapas anteriores) se revelou um obstáculo difícil de ser transposto.

Na prática, essa situação restringe ainda mais a quantidade de vagas gratuitas disponíveis, direcionando o jovem para o Ensino Superior Privado, que nem sempre é possível para todos, haja vista que os valores cobrados por estas IES privadas não são compatíveis com a renda média existente nas famílias dos bairros estudados e o acesso ao Ensino Superior fica, infelizmente, uma realidade difícil de ser materializada.

A pouca condição de acessar o Ensino Superior condena os jovens a uma exclusão nem sempre evidente e de fácil identificação. Na medida em que, reconhecidamente no Brasil, os postos de trabalho com melhor remuneração são aqueles ocupados por profissionais que possuem Curso Superior, ter um contingente de pessoas que não conseguem se inserir nesse grupo por motivos alheios a sua vontade, parece evidente tratar-se de um evento segregatório e excludente. Assim, as oportunidades com as quais o jovem se deparará no futuro estão diretamente relacionadas com o preparo que ele tem no presente. Quando esse jovem está sentenciado a não acessar as melhores oportunidades, está deixando de acontecer o alcance das liberdades, mencionadas por Sen (2000).

O saneamento básico, outra pauta que se mostrou relevante para a população, apareceu nos depoimentos acompanhada de fortes evidências da existência de um *déficit* importante no sentido de não atender plenamente às demandas relacionadas à saúde pública e as boas práticas ambientais. Na ausência do saneamento, as pessoas ficam mais expostas a doenças, bem como de serem potenciais poluidoras do meio ambiente, pois os esgotos produzidos em suas residências são despejados direta ou indiretamente na Billings ou em vias públicas.

Além da queixa da pouca eficiência do poder público em reverter essa situação, foi observada uma clara piora do quadro pelo avanço das ocupações irregulares que, exatamente por serem construídas à margem da lei, têm seus esgotos lançados a “céu aberto”.

Essa situação corrobora com o que Capobianco e Whately (2002) já haviam identificado, em que pouco mais de 10% da população do entorno da Billings encontrava-se em áreas com condições de oferecerem estrutura urbana capaz de minimizar o impacto ambiental, ou seja, que quase 90% dessa população estava inserida em áreas com algum tipo de restrição ambiental.

De forma análoga, os achados nesta pesquisa também se assemelham aos de Alves (2006) que, após mapeamento das pessoas em vulnerabilidade socioambiental na RMSP, chegou à conclusão de que a vulnerabilidade era maior na medida em que as pessoas moravam mais próximas de cursos d'água sem cobertura de saneamento.

Usou-se a abordagem de precariedade nos domicílios dada pelo IBGE (2020). Diz respeito aos Aglomerados Subnormais, identificados como grande adensamento de ocupações irregulares, como as identificadas em diferentes bairros da pesquisa. Essa precariedade é caracterizada pela ausência de documento de posse do domicílio, combinada com condições inadequadas de acesso à água e energia elétrica, de saneamento básico, dos serviços de coleta de lixo e alguma restrição na ocupação do solo. Conforme IBGE (2020), no Brasil existem mais de 13 mil Aglomerados Subnormais e mais de 5 milhões de domicílios identificados com condições precárias.

Dentro das questões relacionadas ao acesso a melhores oportunidades, constatou-se ser de grande relevância a pauta “qualificação profissional”. Ficou evidente que a ausência de programas desse tipo, principalmente gratuitos e voltados para os jovens, se materializa como um grande impeditivo para que a população atinja seu potencial pleno de alcance de capacitação e formação em nível Superior, conforme pregam Fehder e Stern (2013).

O fato de não haver um plano público organizado de fomento à qualificação profissional coloca o local como possuidor de especificidades que, em muitas situações, o deixa em desvantagem quando comparado com o restante do município.

Pode-se dizer que, a partir das manifestações dos participantes, a ausência de uma política pública voltada para a qualificação profissional dos jovens, com cursos que promovam formação diversa, focados em ingresso e manutenção em uma profissão, se constituem como um limitador de maior peso do que as dificuldades encontradas para o acesso ao Ensino Superior.

Ainda falando especificamente do jovem, outra carência observada foi com relação ao pouco acesso ao esporte, ao lazer e a cultura. Sabe-se que os temas são independentes, mas que, a depender da política de governo, podem ser tratados em pastas únicas. De acordo com a análise feita, tais temas são reconhecidos como importantes pela população, mas foi identificado que existe pouco investimento

público voltado ao assunto, se restringindo, quando muito, a uma praça com estrutura mínima para prática de esporte.

Fica em destaque que essas praças de esporte não existem em todos os bairros e, quando existem, contemplam apenas a prática de poucos esportes, como o futsal e o skate, esportes majoritariamente praticados por jovens do sexo masculino. Com isso, nota-se uma exclusão de jovens do sexo feminino, revelando uma outra face da deficiência de investimentos públicos. As exclusões das quais os jovens fazem parte têm impacto direto no alcance de seus potenciais, definindo o futuro deles e, conseqüentemente, a condição de desenvolvimento em que a sociedade da qual fazem parte experimentará num futuro imediato.

Os achados nessa pesquisa revelaram que o pouco acesso à educação formal e profissional, bem como ao lazer, esporte e cultura, são elementos que segregam e são semelhantes aos achados de Borelli (2012), nos quais associou a ausência deles a uma condição de vulnerabilidade social, por alimentarem a diferença entre classes sociais e dificultarem o usufruto dos equipamentos públicos por parte daqueles economicamente mais frágeis.

A violência e a degradação urbana comumente aparecem em estudos semelhantes a este. Com relação à violência urbana, identificou-se que o direito de ir e vir das pessoas residentes nos bairros investigados pode estar ameaçado por sua presença e pela sensação de insegurança que as pessoas têm. Embora as fontes tenham manifestado orgulho do local onde moram, paradoxalmente também foi observado um descontentamento com a pauta “segurança pessoal”.

Sabendo que nem todo ato de violência urbana é um crime, considerou-se a sensação que as pessoas têm quanto aos eventos com os quais se deparam cotidianamente. Considerou-se para isso a violência urbana em suas diferentes formas, desde as delinquências (furtos, assaltos etc.), passando pelas brigas interpessoais (menor gravidade) e linchamentos (maior gravidade), até chegar às violências que têm conexão com crime organizado (tráfico de drogas, cargas roubadas etc.).

Essa contradição alimenta a suspeita da incorporação de diferentes violências urbanas ao cotidiano das pessoas que vivem em locais nos quais essas atividades acontecem e que, para elas, os atos ilícitos não são interpretados como tal pelo fato de não haver uma aparente e notória violência, sendo considerados, portanto, aceitáveis.

Outra constatação do estudo diz respeito à degradação urbana, tratada com maior dedicação como degradação ambiental. Verificaram-se os níveis de educação ambiental da população residente e a atuação dos órgãos de fiscalização ambiental na região.

Existe, em parte do território investigado, uma proibição de novas construções como forma de barrar o desmatamento e agressões à Billings. Isso faz com que exista uma maior fiscalização dos órgãos ambientais (não necessariamente uma fiscalização eficaz), provocando a população residente a debater sobre o tema, politizando os moradores desta área.

Assim, chegou-se a estes diferentes componentes reveladores das carências socioambientais existentes e, naturalmente com isso, tem-se a possibilidade de se construir uma metodologia de medição de desenvolvimento socioambiental do local de estudo.

5. Considerações Finais

Este estudo foi desenvolvido apoiado no método qualitativo, com um delineamento exploratório, para responder à pergunta inicial que levou à investigação acerca de quais são os indicadores objetivos que possam ser usados na medição do desenvolvimento socioambiental da APRM-B, do município de SBC.

A partir do estudo realizado, pode-se afirmar que os fatores evidenciados a partir das falas dos entrevistados e dos dados secundários levantados e analisados podem ser úteis para que gestores públicos os considerem nas futuras tomadas de decisões em prol do desenvolvimento local/regional estudado e, ainda, que sirva de balizamento para gestores públicos de outras localidades/regiões similares.

Em adição aos achados, menciona-se o fato de que o Censo Demográfico do IBGE está previsto para acontecer apenas no ano de 2022. Planejado para acontecer em 2020 e impactado pelas anormalidades decorrentes da Covid-19, a contagem censitária e geração de dados socioculturais da população brasileira foi adiada e viu-se nesse detalhe uma oportunidade de, a partir dos dados que serão, de acordo com a programação do IBGE, coletados em 2022 e disponibilizados apenas em 2023, fazer-se um mapeamento inicial das demandas da população verificadas nesta pesquisa, fazendo uso de indicadores que tenham sido objeto de verificação do IBGE.

Essa personalização de indicadores para a região sinalizou a possibilidade (posteriormente confirmada sua viabilidade) de se fazer uso de dados que vão ao encontro das necessidades atuais da população, a partir dos resultados aqui observados.

Referências

- Almeida, L. Q. de. (2010). *Vulnerabilidades Socioambientais de Rios Urbanos: bacia hidrográfica do Rio Maranguapinho*. Universidade Estadual Paulista (UNESP).
- Alves, H. P. da F. (2006). Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 23(1), 43–59. <https://doi.org/10.1590/s0102-30982006000100004>
- Amaral Filho, J. do. (2001). A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. *Planejamento e Políticas Públicas*, 40(23), 261–286.
- Araújo, R. da C. de. (2014). ANÁLISE SOBRE A MONOCULTURA DE SOJA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA COM BASE NA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO. *Revista Economia e Desenvolvimento*, 26(1), 105–118.
- Araujo, T. B. de. (2006). Revisitando a Questão Regional. *Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Para o Desenvolvimento*, 1(1), 59–76. <https://doi.org/1809-8606>
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Barquero, A. V. (2001). *Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização*. Porto Alegre: FEE UFRGS.
- Batalhão, A. C. da S., Prates, G. A., Teixeira, D., & Godoi, E. L. de. (2018). Dimensões do desenvolvimento humano: o caso da região de Ribeirão Preto, SP. *Interações (Campo Grande)*, 19(2), 237–256. Retrieved from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122018000200237&lang=pt%0Ahttp://www.scielo.br/pdf/inter/v19n2/1518-7012-inter-19-02-0237.pdf
- Begalli, M. (2013). *Caracterização do Sistema SocioEcológico do distrito do Riacho Grande, São Bernardo do Campo SP*. Universidade Federal do ABC - UFABC, São Bernardo do Campo.
- Bellandi, M., De Propis, L., & Santini, E. (2018). Endogenous Rerouting and Longevity in Systemic Organizations of Production. In *Agglomeration and Firm Performance. Advances in Spatial Science (The Regional Science Series)*. https://doi.org/https://doi.org/10.1007/978-3-319-90575-4_12

- Bellingieri, J. C. (2017). Teorias do Desenvolvimento Regional e Local: uma revisão bibliográfica. *Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE*, 6–34.
<https://doi.org/10.21452/rde.v2i37.4678>
- Borelli, E. (2012). Vulnerabilidades sociais e juvenil nos mananciais da zona sul da cidade de São Paulo. *Revista Katálysis*, 15(1), 62–69. <https://doi.org/10.1590/s1414-49802012000100006>
- Braga, T. M. (2002). Desenvolvimento Local Endógeno: entre a competitividade e a cidadania. *Estudos Urbanos e Regionais*, 5(091), 1–42.
<https://doi.org/http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2001n5p23>
- Bramanti, A., & Ratti, R. (2015). The dynamics innovative regions: the GREMI approach. *Europeen De Recherche Sur Les Milieux Innovateurs*, 43.
- Brandão, C. (2012). *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. <https://doi.org/10.1590/s1679-39512008000300012>
- Brasil. (2021). Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Retrieved August 22, 2021, from Ministério do Desenvolvimento Regional website: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/pndr>
- Bristow, G., & Healy, A. (2020). Regional resilience: an agency perspective. In *Handbook on Regional Economic Resilience*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Buss, P. M., Machado, J. M. H., Gallo, E., Magalhães, D. de P., Setti, A. F. F., Franco Netto, F. de A., & Buss, D. F. (2012). Governança em saúde e ambiente para o desenvolvimento sustentável. *Ciência e Saúde Coletiva*, 17(6), 1479–1491.
<https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000600012>
- Capobianco, João P. R., & Whately, M. (2002). *Billings 2000: Ameaças e perspectivas para o maior reservatório de água da região metropolitana de São Paulo*. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- Creswell, J. W. (2014). *Investigação Qualitativa & Projeto de Pesquisa*. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa (3rd ed.). Porto Alegre: Penso.
- Dawley, S. (2014). Creating New Paths? Offshore Wind, Policy Activism, and Peripheral Region Development. *Economic Geography*, 90(1), 91–112.
<https://doi.org/10.1111/ecge.12028>
- Faggian, A., Modrego, F., & McCann, P. (2019). Human capital and regional development. In *Handbook of Regional Growth and Development Theories*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Fehder, D., & Stern, S. (2013). *The Social Progress Index Methodology*. Watertown: Social Progress Imperative.
- Fonseca Júnior, W. C. da. (2006). Análise de Conteúdo. In *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (2º, pp. 280–315). São Paulo: Atlas.
- Gamba, C., & Ribeiro, W. C. (2012). Indicador e Avaliação da Vulnerabilidade

- Socioambiental no Município de São Paulo. *GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)*, (31), 19. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74266>
- Gennaioli, N., La Porta, R., Lopez-de-Silanes, F., & Shleifer, A. (2013). Human Capital and Regional Development. *The Quarterly Journal of Economics*, 128(1), 105–164. <https://doi.org/10.1093/qje/qjs050>
- Gomes, J. Q. (2011). Empoderamento como Suporte ao Desenvolvimento Regional: um estudo de caso. Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, Santa Cruz do Sul.
- Gor, S. O., & Gitau, C. M. (2010). Rethinking the HDI: a more theoretically consistent alternative. *International Journal of Sustainable Development*, 1(5), 85–90.
- Grabher, G. (1993). The weakness of strong ties; the lock-in of regional development in Ruhr area. In *The embedded firm. On the socioeconomics of industrial networks* (pp. 255–277). London: Routledge.
- Grillitsch, M., & Sotarauta, M. (2020). Trinity of change agency, regional development paths and opportunity spaces. *Progress in Human Geography*, 44(4), 704–723. <https://doi.org/10.1177/0309132519853870>
- Hair Jr, J. F., Babin, B., Money, A. H., & Samouel, P. (2005). *Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração*. Porto Alegre: Bookman.
- Herrera, R. (2006, November). The neoliberal "Rebirth" of development economics. *Cahiers de La MSE*, 14.
- Higgins, B., & Savoie, D. J. (2017). *Regional Development Theories & Their Application*. New York: Taylor & Francis e-Library.
- Holling, C. S. (1998). Two Cultures of Ecology. *Conservation Ecology*, 2(2).
- Iammarino, S., Rodríguez-Pose, A., & Storper, M. (2017). Why regional development matters for Europe's economic future. In *European Commission Directorate General for Regional and Urban Policy* (Vol. 7). Luxemburgo City.
- IBGE. (2018). São Bernardo do Campo Panorama. Retrieved August 20, 2021, from <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-bernardo-do-campo/panorama>
- IBGE. (2020). *Pesquisa Regiões de Influência das Cidades: informações de deslocamentos para serviços de saúde*. Rio de Janeiro.
- IPEA. (2015). Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros. In M. A. Costa & B. O. Marguti (Eds.), *Ipea*. Brasília: IPEA.
- Jannuzzi, P. de M. (2002). Indicadores Sociais na Formulação e Avaliação de Políticas Públicas. *Revista Brasileira de Administração Pública*, 36(1), 21.
- Jannuzzi, P. de M. (2009). *Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados, e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas e elaboração de estudos socioeconômicos*. (3°). Campinas: Alínea Editora.
- Keating, M. (2001). Rethinking the Region: Culture, Institutions and Economic Development

- in Catalonia and Galicia. *European Urban and Regional Studies*, 8(3), 217–234.
<https://doi.org/10.1177/096977640100800304>
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A Construção do Saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas (Revisão técnica e adaptação da obra de Lana Mara Siman)*. Porto Alegre: Editora UFMG.
- Leite, C. K. da S. (2020). *Terceira Geração de Indicadores Sociais: indicadores sintéticos*. São Paulo.
- Madoery, O. (2001). El Proyecto Político Local como alternativa de Desarrollo. *Revista Política y Gestión*, 2, 1–31.
- Madureira, E. M. P. (2015). Desenvolvimento Regional: Principais Teorias. *Revista Thêma et Scientia* –, 5(2), 8–23.
- Maillat, D. (2006). Territorial dynamic, innovative milieus and regional policy. *Entrepreneurship & Regional Development*, 7(2), 157–165.
- Martins, S. R. O. (2002). Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. *Interações Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, 3(5), 51–59.
- Muls, L. M. (2008). Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. *Revista Economia*, 9(1), 1–21.
- Pereira, J. A., Resch, S., Dockhorn, Rodrigues, W. O. P., & Silva, M. A. C. da. (2017). Desenvolvimento Local e Regional: Características da Microrregião de Iguatemi do Estado de Mato Grosso do Sul. *Revista Electronica Cientifica Do CRA-PR*, 4(Abril 2018), 19–35.
- PMSBC, P. do M. de S. B. do C. (2012). *Sumário de Dados 2012 - Município de São Bernardo do Campo - Ano-base 2011*. Retrieved from <http://www.saobernardo.sp.gov.br/web/sbc/sumariodedados>
- PMSBC, P. do M. de S. B. do C. (2018). *Perfil Socioeconômico - Zona Rural* (p. 8). p. 8. São Bernardo do Campo.
- Queiroz, L. M. N. de, Morais, I. R., & Aloufa, M. A. (2019). Expansão Urbana e Vulnerabilidade Socioeconômica: Carto(Grafias) da Cidade. *Desenvolvimento Em Questão*, 46, 268/286. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2019.46.268-286>
- Ratti, R. (2015). *1 The Multi-Faced Dimensions of Local Development*. (September).
- Santos, T. A. P. dos. (2013). *Os Sinuosos Caminhos do Desenvolvimento: pobreza e desigualdade social no Município de Ipojuca/Pe em tempos de crescimento econômico*. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Santos, T. M. dos. (2018). A Abordagem das Capabilities de Sen e de Nussbaum: um estudo comparativo. *Revista de Teorias Da Justiça, Da Decisão e Da Argumentação*

- Jurídica*, 4(1), 22. <https://doi.org/10.26668/indexlawjournals/2525-9644/2018.v4i1.4158>
- São Paulo, G. do E. de. (2017). *Proposta para criação de unidade de conservação no entorno da represa Billings - Parque Estadual*. Retrieved from <http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/2017/07/Estudo-Técnico-Billings.pdf>
- SEADE, F. S. E. de A. de D. (2011). *Índice Paulista de Vulnerabilidade Social*. São Paulo.
- Seers, D. (1969). The meaning of development. *Public Administration and Development*. <https://doi.org/10.1002/pad.592>
- Sen, A. (2000). Development as Freedom. In *Anchor Books*. New York: Oxford University Press.
- Sotarauta, M. (2016). Leadership and The City: power, strategy and networks in the making of knowledge cities. *Regional Studies Association*. <https://doi.org/10.4324/9781315753256>
- Souto Maior, M. M., & Cândido, G. A. (2014). Avaliação das metodologias brasileiras de vulnerabilidade socioambiental como decorrência da problemática urbana no Brasil. *Cadernos Metr pole*, 16(31), 241–264. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3111>
- Souza, H. G. de, Tabosa, F. J. S., Araújo, J. A. de, & Castelar, P. U. de C. (2021). Uma análise espacial de como o crescimento e a desigualdade afetam a pobreza no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 55(2), 459–482.
- Stiglitz, J. (2012). *The price of inequality: how today's divided society endangers our future*. New York: Norton & Co Inc.
- Storper, M. (1997). *The Regional Economy: Territorial Development in a Global Economy*. New York: Guilford Press.
- Tödting, F. (2020). *Endogenous Regional Development: origins, key ideas and present relevance* (A. B. T.-I. E. of H. G. (Second E. Kobayashi, Ed.)). <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/B978-0-08-102295-5.10121-0>
- Tomaney, J. (2017). Region and place III: Well-being. *Progress in Human Geography*, 41(1), 99–107. <https://doi.org/10.1177/0309132515601775>
- Vieira, E. T. (2009). *Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX*. Universidade de São Paulo, São Paulo.